

As jovens rurais egressas da UFFS campus de Erechim frente aos desafios da sucessão na agricultura familiar

Young rural women graduating from UFFS Erechim campus facing the challenges of succession in family farming

Jóvenes rurales graduadas de la UFFS campus de Erechim ante los desafíos de la sucesión en la agricultura familiar

Daiane Carla Bordulis Eduardo

<https://orcid.org/0000-0002-4000-823X>

daianebeduardo@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, Brasil

Roseli Alves dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-4220-2044>

roseliasantos@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, Brasil

Resumo: O presente estudo foi realizado com jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim-RS. Nesta pesquisa, procuramos compreender a participação das jovens da UFFS no processo de sucessão na agricultura familiar. Partimos da hipótese de que a formação em nível superior poderia contribuir nos processos de sucessão na agricultura familiar, principalmente, por parte das jovens rurais agrônomas. Para desenvolver a análise, trabalhamos com as mulheres rurais que se identificaram como tal, ingressaram no período de 2010 a 2014, continham nesta época a faixa etária de 15 a 29 anos. A pesquisa demonstrou que a sucessão é resultado de condições que são multifatoriais. Desta forma, o ensino superior é importante, porém não responde isoladamente. Com a formação elas poderiam contribuir de maneira diferenciada com a agricultura familiar, mas para isso é necessário rever as relações internas com a família, de infraestrutura, apoio de políticas públicas mais direcionadas a uma perspectiva feminina dentro do estabelecimento agropecuário.

Palavras-chave: Ensino Superior, juventude rural, gênero e geografia.

Abstract: This study was performed with rural young women with a degree in Agronomy and Education from the Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS. In this research, we sought to understand the participation of these women in the process of succession in family farming. We started from the hypothesis that university education could contribute to the succession in family farming, especially regarding the young agronomists. In order to develop the analysis, we work with self-declared rural women, who entered university from 2010 to 2014, aged between 15 and 29 years old. The research shows that succession results from multifactorial conditions. Therefore, university education is important, but it does not respond to succession individually. With a college degree young women could

contribute in a different way to family farming, although it is necessary to review family internal relations, and the need of infrastructure and public policies oriented to a female perspective within the institution.

Keywords: University education, Rural youth, Gender and geography.

Resumen: El presente estudio fue realizado con jóvenes rurales egresadas de las carreras de Agronomía y Pedagogía de la UFFS, Campus Erechim-RS. En esta investigación, buscamos comprender la participación de mujeres jóvenes de la UFFS en el proceso de sucesión en la agricultura familiar. Partimos de la hipótesis de que la educación superior podría contribuir en los procesos de sucesión en la agricultura familiar, especialmente por parte de las jóvenes agrónomas rurales. Para desarrollar el análisis, trabajamos con mujeres rurales que se identificaron tal cual, que ingresaron en el período de 2010 a 2014, con grupo etario de 15 a 29 años. Las investigaciones han demostrado que la sucesión es el resultado de condiciones que son multifactoriales, por lo que la educación superior es importante pero no responde de manera aislada. Con capacitación podrían contribuir de otra manera en la agricultura familiar, pero para eso es necesario revisar las relaciones internas con la familia, necesitan infraestructura, apoyo de políticas públicas más dirigidas a una perspectiva femenina dentro del establecimiento.

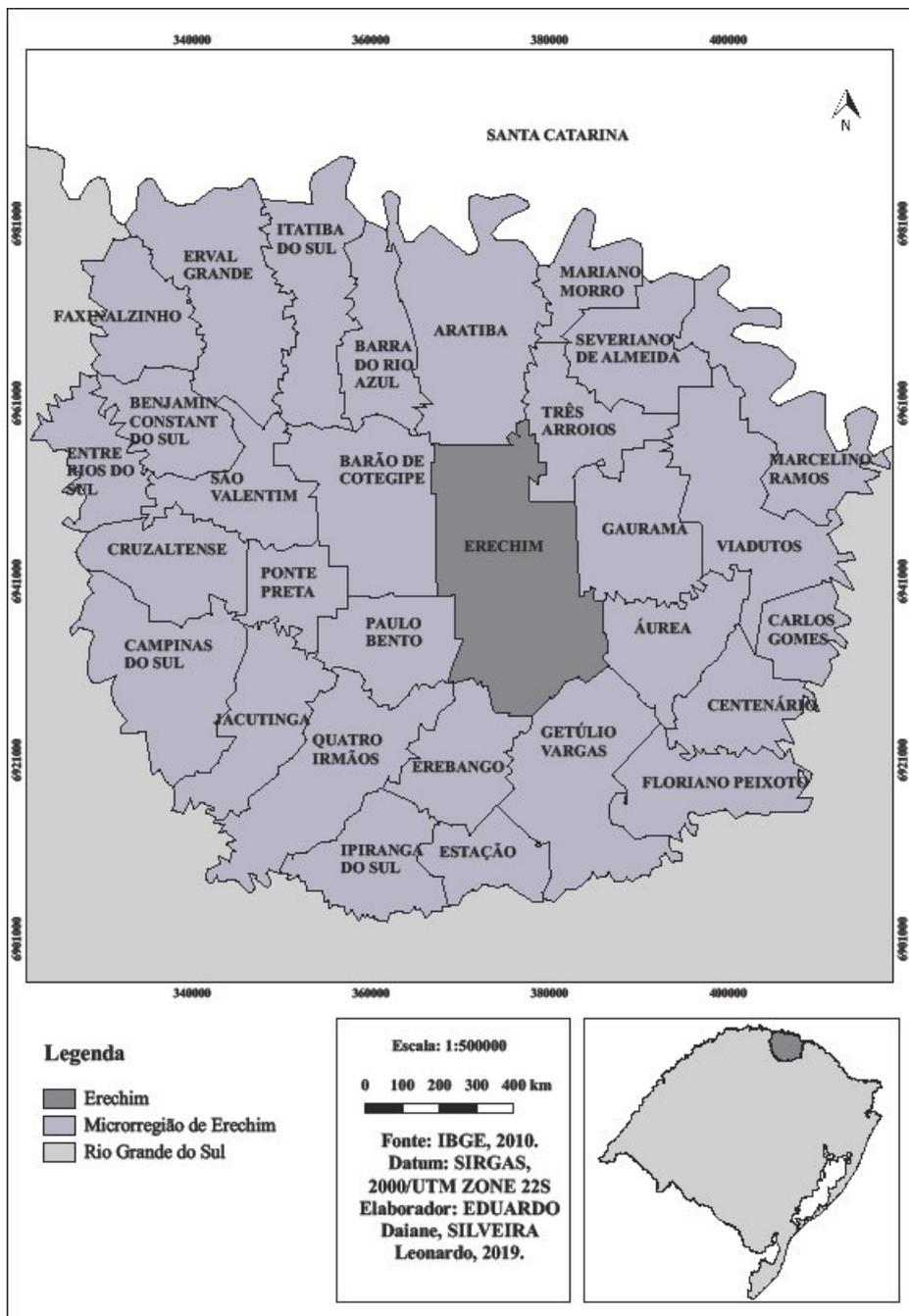
Palabras clave: educación superior, juventud rural, género y geografía.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo consiste em trazer o debate sobre a sucessão na agricultura familiar em sua relação com questões de gênero, da juventude e da questão agrária no recorte da Microrregião de Erechim/RS. O debate aqui sistematizado está respaldado por resultados de uma pesquisa de mestrado em Geografia, defendida em 2019, intitulada “A construção das territorialidades das jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS Campus/Erechim e o processo de sucessão na agricultura familiar”. No âmbito do recorte de abrangência da Microrregião de Erechim, há uma importante supremacia da agricultura convencional em uma região caracterizada pela predominância da agricultura familiar. Esse fator, dentre outros, tem implicações diretas na desterritorialização das populações rurais, especialmente por parte das jovens, ocasionando impasses quanto aos processos sucessórios na agricultura familiar.

A Microrregião de Erechim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localiza-se no norte do estado do Rio Grande do Sul, é composta por trinta municípios e abrange uma área de 5.725,5 km² (Mapa 01). Essa microrregião é também conhecida, com regionalização levemente distinta, como Alto Uruguai Gaúcho.

Mapa 01- Localização da Microrregião de Erechim e do município de Erechim/RS.



Fonte: elaborado a partir de dados do IBGE (2010).

Para desenvolver a análise, trabalhamos com as jovens rurais egressas da UFFS¹ Campus Erechim que se identificaram como tal, ingressantes no período de 2010 a 2014,

1 A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim está situada na chamada Região do Alto Uruguai Gaúcho e, desde que se instalou, em 2010, vem gerando oportunidades de acesso à educação superior pública e gratuita. De acordo com dados de 2022, a UFFS contempla treze cursos de graduação (cinco cursos de bacharelado e oito cursos de licenciatura), quatro mestrados e um doutorado.

na faixa etária de 15 a 29 anos². Utilizamos como procedimentos metodológicos técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, com aplicação de questionários e entrevistas junto às egressas. Os procedimentos metodológicos contidos nesta pesquisa se dividiram em quatro eixos: a) através de uma revisão bibliográfica sobre os temas do referencial teórico; b) por meio da pesquisa documental sobre a Universidade; c) com base nos dados secundários; d) por intermédio de pesquisas baseadas em entrevistas para levantamentos de dados primários com as jovens egressas nos cursos de licenciatura em Pedagogia e bacharelado em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul. Para identificar ao longo do texto as jovens egressas do curso de Agronomia utilizamos juntamente com o nome³ da jovem pesquisada a letra A e para as egressas do curso de Pedagogia identificamos com a letra P.

Para apreendermos a trajetória de formação superior e o percurso da territorialidade juvenil das egressas, consideramos os elementos teóricos sobre a juventude rural, aproximando esse debate ao tema “agricultura familiar e gênero”.

Os problemas enfrentados na agricultura familiar e os desafios da sucessão por parte das jovens foram analisados sob a ótica da territorialidade do patriarcado e dos conflitos de geração, realidades presentes na agricultura familiar e que contribuem na decisão a respeito da permanência no campo. Para tanto, trabalhamos na pesquisa de mestrado com 31 jovens rurais; destas, 23 migraram do campo e oito permanecem residindo no espaço rural. Nesse último grupo citado, cinco são egressas da Agronomia e três da Pedagogia. Desse universo, utilizamos como recorte para a produção do presente trabalho as oito jovens que estão residindo no espaço rural, evidenciando as distintas territorialidades nos contextos dos desafios para os processos sucessórios na agricultura familiar.

As motivações para a escolha das jovens rurais que estudaram na Universidade Federal da Fronteira Sul se deram por ser esta uma instituição que visa à inclusão social das pessoas, especialmente oriundas do campo, que até então estavam excluídas do acesso ao Ensino Superior, bem como pela insistência do Movimento Pró-Universidade Federal. Nesse contexto, a instituição foi criada com base em várias reivindicações dos movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul - Fetraf Sul/CUT) da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Aqui, as ações culminaram na concretização da instituição e têm como propósito que a universidade fortaleça a agricultura familiar da região de abrangência, proporcionando oportunidade para os/as filhos/as de agricultores acessarem o Ensino Superior público (Eduardo, 2019).

Na formação em Agronomia as egressas e os egressos possuem qualificações para atuarem em questões voltadas ao escopo da agricultura, da pecuária e do meio ambiente. Também são habilitados/as para fomentar o manejo sustentável e a recuperação de ecossistemas e agroecossistemas, assim como a conservação e preservação dos recursos naturais. Já na habilitação em Pedagogia se formam profissionais aptos para atuarem em

-
- 2 Para realizarmos a coleta de dados, precisamos delimitar nosso público-alvo, para isso, utilizamos a definição de juventude como faixa etária, na qual nos valem do padrão adotado pela Secretaria Nacional da Juventude, que determina como jovens, através do Estatuto da Juventude, pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos.
 - 3 No decorrer do texto optamos por identificar as jovens egressas pelo nome fantasia e o curso de origem.

escolas da educação infantil e cargos de gestão escolar. Desta forma, partimos da hipótese que a formação em nível superior dos dois cursos tem contribuído para a permanência das jovens no campo após a conclusão dos estudos universitários, principalmente as agrônomas, por causa da área de atuação. Isto posto, buscamos compreender os efeitos de tal realidade nos processos de sucessão na agricultura familiar.

O texto a seguir está estruturado em duas partes: a primeira trata sobre a juventude rural e a sucessão na agricultura familiar destacando os desafios e as implicações presentes no espaço rural em que afetam a decisão de permanência dos jovens no campo. A segunda aborda sobre a permanência destas jovens em seus espaços rurais de origem, no movimento de acesso ao Ensino Superior Público.

JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar⁴ é um sistema de produção onde prevalece o trabalho familiar, onde membros da família cooperam para a realização das atividades nos estabelecimentos. Diferente de uma empresa capitalista onde o trabalho é assalariado e visa a obtenção de lucros, a produção familiar é voltada para as necessidades de manutenção da família. Esta é uma estrutura que diferencia a agricultura familiar das demais formas de agricultura. Existe uma potencialidade na agricultura familiar para ativar distintos arranjos produtivos, como, por exemplo, a agroindústria familiar, cooperativismo, o turismo rural, agroecologia, produção orgânica, artesanato, entre outros.

A sucessão na agricultura familiar desempenha um significativo papel na continuidade dos agricultores familiares e na preservação do espaço social e econômico destes sujeitos. Consiste na transferência da propriedade de pai para filho(a) dos conhecimentos das atividades produtivas, da gestão dos negócios e da posse da terra. Contudo, nos dias atuais, esse processo não é tão simples, pois depende de como cada família o encaminha.

A presença da juventude rural é essencial para a continuidade da agricultura familiar. Todavia, o “ficar” e o “sair” do campo implica em diversas questões. Neste sentido, faz-se necessário uma compreensão de que as entidades coletivas, movimentos sociais e sindicais, precisam dar mais centralidade ao tema da juventude e da sucessão rural, não só para trabalhar nos espaços formativos com vistas a um enfrentamento ao patriarcado e a razão adultocêntrica, mas também para construir propostas e caminhos para mudar os rumos das políticas públicas de juventude voltadas ao rural.

De acordo com Abramovay (2005), a continuidade da agricultura familiar se torna preocupante em razão da saída dos jovens do campo, principalmente das mulheres, o que estaria provocando o que denominou por “masculinização” destes espaços.

O termo juventude exige, inicialmente, uma explicação sobre seu uso. Isso requer esforços para desconstruir representações sociais que operam no senso comum e tendem a

4 Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006. p.1).

delimitar os jovens para uma faixa etária com valores e práticas sociais comuns (ABRAMO, 1997).

Leão e Rocha vão expor que:

Em termos universais, podemos dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. É um processo de construção de uma maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase também em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restritos da família e da escola (LEÃO e ROCHA, 2015, p. 18).

Conforme a explanação de Leão e Rocha (2015), a juventude pode ser entendida como um tempo de construção de identidades e também de projetos futuros. Essa fase da vida representa incertezas para os/as jovens, ao mesmo tempo uma contraditória convivência entre a subordinação potencialmente presente nas estruturas familiares e as expectativas, igualmente potenciais, de emancipação.

Os incentivos para a permanência nas áreas rurais são poucos, mas o que muitos jovens projetam para o seu futuro (principalmente financeiro) faz com que uma vida no campo se afaste de seus horizontes. Além da difícil mobilidade, o que podemos perceber pelo relato de algumas jovens de nossa pesquisa, também são outros fatores de peso os quais os jovens ficam pouco atraídos pela área rural e muito atraídos pelas áreas urbanas como, por exemplo, diversão, cultura, lazer, entre outros.

Dizia Stropasolas (2011, p. 26):

O tema sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações das entidades representativas da agricultura familiar. O questionamento por parte dos jovens rurais em relação ao futuro gira sobre sua condição social e oportunidades de renda, por outro lado, existem incentivos como a demanda na compra de alimentos de qualidade, preservação ambientais, agro industrialização, turismo rural etc.

De acordo com Brumer e Spanevello (2008) alguns elementos são considerados negativos para a permanência dos jovens no campo, dentre eles é o esforço físico necessário para o desenvolvimento da atividade agrícola, a possibilidade de continuar os estudos, não ter apreço pela agricultura, buscar independência financeira, pouco reconhecimento do seu trabalho e não ter direito à herança.

Para Brumer (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica do estabelecimento agropecuário; da escolha profissional e da qualificação necessária para a integração do novo agricultor em um mercado competitivo; de oportunidades e estratégias para obter rendimentos não agrícolas; dos relacionamentos estabelecidos entre pais e filhos no interior das famílias; das relações de gênero; e da valorização da profissão agrícola em relação a outras profissões e a valorização da vida rural com a vida urbana.

Como vimos, são multifatoriais as questões relacionadas à permanência e à sucessão dos jovens na agricultura familiar. No campo do conhecimento geográfico ponderamos

esses múltiplos fatores envolvendo a migração dos jovens, dando primazia para as questões espaciais, para a projeção espacial das relações de poder.

Neste sentido a abordagem territorial geográfica se constitui em uma ferramenta importante para enxergar o movimento de desterritorialização e resistência das jovens (resistência ao buscarem novas perspectivas e visões de mundo dentro da universidade), em como as egressas de nossa pesquisa constituem/produzem/constroem suas territorialidades em meio às tradições que marcam ainda hoje a agricultura familiar (também marcada pela forte presença e influência do patriarcado e pela razão adultocêntrica), mas também pela produção de invisibilidades e insuficiência do Estado (políticas públicas) e seus sonhos/desejos/vontades de uma vida melhor, de construir suas territorialidades entre todas estas questões e fazer-se jovem em mundo/espço em que é cada vez mais difícil ser jovem (Eduardo, 2019).

Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, que desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial. Além disso, decisões econômicas importantes tomadas na escala do estabelecimento agropecuário, como o planejamento da produção, o fechamento de contratos de financiamento e de comercialização, a gestão dos recursos financeiros da família, são práticas realizadas, em grande medida, pelos homens adultos.

A seguir abordaremos os aspectos envolvendo as transformações recentes na agricultura familiar da Microrregião de Erechim e os processos históricos importantes para entendermos a configuração espacial dos sujeitos sociais residentes no nosso recorte de estudos.

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM

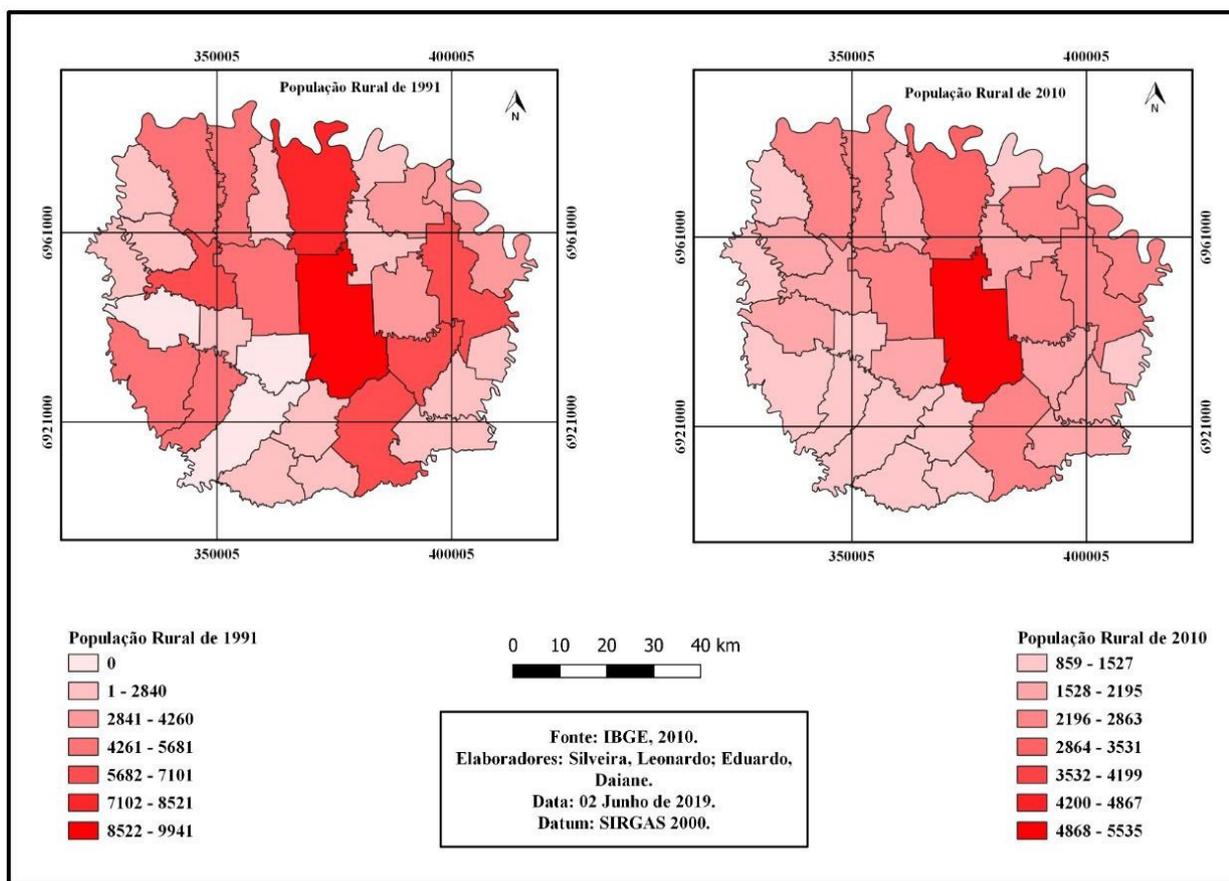
A atual configuração em que se encontra a Microrregião de Erechim foi marcada por projetos de colonização no qual se formaram pequenos estabelecimentos de agricultura familiar, com produção orientada para alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca, produção de leite e a criação de suínos, avançando, atualmente, para a produção agroindustrial integrada como aves, suínos, leite e para a produção de grãos como a soja, milho e trigo. Estas mudanças econômico-produtivas ocorreram e ainda ocorrem nos estabelecimentos agropecuários em expressividade múltipla, juntamente com a produção para o autossustento, basicamente exercidas em âmbito feminino (Zeist, 2016).

De acordo com os dados do censo agropecuário do IBGE (2017), a estrutura fundiária da Microrregião de Erechim está apoiada em pequenos estabelecimentos. Em 2017, de um total de 15.551 estabelecimentos agropecuários, 88,7% apresentavam estratos de área com menos de 50 hectares, com o maior número entre 10 e 50 hectares (10.019), representando 64,3% do número total de estabelecimentos. Em relação ao Censo Agropecuário de 2006, é possível notar algumas transformações importantes na estrutura fundiária microrregional. Ao longo de dez anos, cerca de 3.876 estabelecimentos agropecuários deixaram de existir. Com a análise dos dados sobre a evolução da estrutura fundiária na Microrregião de Erechim, nos dois últimos censos, percebe-se a ocorrência de processos de minifundização

e de concentração fundiária, ou seja, tem triplicado o número de estabelecimentos que cessaram sua existência.

Neste sentido, é perceptível o fenômeno de desterritorialização de parcela expressiva da população rural, intensa em toda área de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul e, particularmente, no nosso caso, na região onde situa-se o campus da UFFS-Erechim. Conforme o estudo de Gaboardi e Eduardo (2015), a desterritorialização da população rural continua latente nas duas últimas décadas. Segundo os censos demográficos do IBGE (1991 e 2010), a população residente na Microrregião de Erechim/RS (30 municípios) no ano de 2010 era de 211.653 habitantes, dos quais 57.102 residiam no espaço rural. Conforme pode-se observar no comparativo do mapa 02, entre os anos de 1991 e 2010, todos os municípios da Microrregião de Erechim perderam população rural - uma perda de aproximadamente 40% da população rural total. Por outro lado, sua população urbana aumentou os mesmos 40%, concentrando-se principalmente no município de Erechim, cidade polo da microrregião.

Mapa 02: evolução da população rural nos municípios da Microrregião de Erechim/RS (1991 e 2010).



Fonte: elaborado a partir de IBGE (2010). Obs.: os municípios faltantes não apresentaram informação⁵.

5 Nos municípios que não estavam emancipados em 1991, optamos em substituir por dados do ano de 2000.

A população jovem rural, por seu turno, é a que mais tem se evadido nos distintos municípios da Microrregião de Erechim, em média 62% nos 21 municípios com dados disponíveis entre 1991 e 2010.

Com base nestes dados, é possível observarmos as intensas transformações que a agricultura familiar tem passado nas últimas décadas. E essas mudanças são importantes, pois têm afetado os processos de sucessão na agricultura familiar na região, onde o trabalho no campo é pouco considerado, há adversidades em ter acesso a renda proveniente da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma possibilidade concreta para sua atuação profissional e ascensão pessoal. Desta forma, a microrregião geográfica de Erechim requer uma atenção constante no olhar de sua dinâmica, pois indica reações territoriais profundas dos fluxos demográficos, econômicos e sociais.

AS CONDIÇÕES DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DAS JOVENS EGRESSAS

De acordo com os dados expostos no item anterior, o processo de sucessão na agricultura familiar é um grande desafio na Microrregião de Erechim.

É com base no papel da agricultura familiar no recorte estudado e na qualificação profissional em nível superior das jovens de origem rural que procuramos analisar as possibilidades e as potenciais permanências no espaço rural.

Como já mencionado, as jovens rurais que contribuíram com nossa pesquisa possuem a particularidade de terem acessado o Ensino Superior público com o intuito de superar os limites colocados à sua reprodução social.

Conforme destacado na introdução, são oito jovens que não migraram do campo e que estão fazendo a sucessão nas suas propriedades rurais. Destas, cinco são do curso de Agronomia e três do curso de Pedagogia.

Informações sobre os estabelecimentos agropecuários das famílias das jovens

Nas informações dos estabelecimentos agropecuários consideramos os elementos: ênfase na dimensão econômica e nas características produtivas.

De acordo com o universo pesquisado, atualmente há 28 pessoas residindo em oito estabelecimentos agropecuários (incluindo as oito jovens egressas que permanecem no campo) – isto é, uma média de três pessoas por unidade de produção (Tabela 01).

Tabela 01: familiares das jovens que residem nos estabelecimentos agropecuários

| | |
|----------------------------------|-------|
| pais e/ou mãe | 39,8% |
| irmãs | 9,6% |
| irmãos | 6,0% |
| avós | 14,8% |
| outros parentes (marido, filhos) | 29,8% |

Fonte: pesquisa primária (Eduardo, 2019).

Podemos evidenciar, em observância às informações anteriores, a problemática do envelhecimento da população do campo e, conseqüentemente, do baixo número de estabelecimentos com contingente de filhos (em tese) disponíveis para os processos de sucessão na agricultura familiar. A categoria dos pais é a hegemônica do perfil demográfico desses estabelecimentos e em menos da metade das unidades de produção há filhos que (ainda) residem no campo.

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 02), levantamos informações das oito jovens que estão fazendo a sucessão rural. Em termos de área, notamos que as informações enquadram as unidades como estabelecimentos de agricultura familiar.

Tabela 02: tamanho dos estabelecimentos agropecuários

| | |
|---------------------|-------|
| Até 5 ha | 12,5% |
| De 5 a 10 ha | 25% |
| Acima de 10 a 30 ha | 62,5% |

Fonte: pesquisa primária (Eduardo, 2019).

Com relação à topografia dos estabelecimentos agropecuários, 100% das entrevistadas consideram as terras que residem parcialmente planas/parcialmente mecanizáveis. Estas são características recorrentes das pequenas unidades, justamente por isso demandam mais mão-de-obra e os estabelecimentos com terrenos mais íngremes e acidentados dificilmente conseguem produzir com o apoio de implementos agrícolas mecanizados, uma vez que estes não se adaptam às condições geomorfológicas do terreno: intensificando a dificuldade do trabalho, especialmente o feminino, pois há necessidade de diversificar as atividades econômicas, como no caso da produção leiteira e elevar a produção para o autossustento, geralmente relegado às áreas mais marginais da propriedade.

Sobre os implementos e maquinários utilizados, 12,5% das entrevistadas afirmaram ser próprios, 37,5% alugados, outras jovens pesquisadas destacaram, cerca de 50%, serem os maquinários próprios e alugados.

A realidade produtiva dessas famílias, em sua maioria, está circunscrita à pouca disponibilidade de área, considerando especialmente a produção de grãos, onde apenas 12,5% das famílias possuem equipamentos próprios para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. É necessário considerar, ainda, que o pagamento de hora-máquina para as distintas etapas da produção agrícola e pecuária (como no caso da produção de silagem para alimentação do gado de leite), como é o caso de grande parte dessas famílias, tem seu impacto na renda anual.

Quando questionado se a família arrenda o estabelecimento agropecuário para outras pessoas produzirem, foi evidenciado que a maioria das famílias não o faz. Apenas uma família das jovens arrenda a terra para outras pessoas produzirem e duas famílias arrendam o estabelecimento de outras pessoas.

Questionamos sobre a origem da renda das jovens ou dos familiares que residem no campo. Para 62,5% das famílias a principal fonte de renda advém das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento. Além disso, 87,5% das jovens relataram também

existir outras formas de renda não agrícolas no estabelecimento (aposentadoria, trabalho urbano, bolsa família etc.). O equilíbrio demográfico, juntamente com o equilíbrio entre as diversas fontes de renda agrícola e não agrícola auxiliam na explicação do atual perfil demográfico das famílias rurais na microrregião.

Por fim, há um elemento subjetivo que endossa a questão do equilíbrio interno. Interrogadas sobre quanto tempo as jovens imaginam que suas famílias permanecerão no estabelecimento agropecuário, 62,5% das respostas indicaram acreditar que seus familiares permanecerão no campo por mais de 20 anos. Por outro lado, 37,5% das jovens acreditam que suas famílias ficarão no campo, no máximo, mais 10 anos⁶.

No próximo eixo, abordaremos a gestão interna dos estabelecimentos agropecuários com o objetivo de situar as jovens (e as questões de gênero, geração e trabalho) no contexto das dinâmicas territoriais da agricultura familiar.

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR APREENDIDO ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES DAS JOVENS PESQUISADAS

As questões analisadas dizem respeito ao percurso das jovens na busca pelo acesso, pela formação superior e pela inserção na esfera de atuação profissional e caracterizar as distintas realidades de permanência e de sucessão na agricultura familiar.

Das oito jovens pesquisadas, cinco formaram-se no curso de Agronomia, sendo duas jovens solteiras, duas casadas e uma em união estável. As outras três jovens são egressas do curso de Pedagogia, com duas mulheres solteiras e uma casada. As agrônomas, em função de sua formação, têm um perfil de atuação para dentro dos estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, as pedagogas demonstraram não ter envolvimento direto nas atividades geradoras produtivas e geradoras de renda no estabelecimento devido a sua formação permitir vínculos empregatícios fora do estabelecimento, sobretudo em espaços urbanos, devido ao fechamento das escolas do campo e massiva concentração das instituições de ensino nas cidades.

Informações das jovens dentro do estabelecimento rural

Quanto às atividades geradoras de renda desempenhadas atualmente pelas jovens dentro dos estabelecimentos agropecuários, nota-se protagonismos. Duas jovens agrônomas revelaram atuar com intensidade nas atividades agropecuárias das famílias, como na “escolha das pastagens e alimentação do gado leiteiro, assim como o manejo do mesmo” (TAIMARA, A). No depoimento é possível identificarmos o quanto esta jovem tem participado nas decisões estratégicas e na gestão do estabelecimento, funções geralmente atrelada aos homens, os quais, na bovinocultura leiteira, por exemplo, decidem pelos tipos de pastagens a serem plantadas e as mulheres ficam mais restritas ao manejo das ordenhas

⁶ A respeito da perspectiva, por parte dos familiares das jovens, de permanência nos estabelecimentos agropecuários até 10 anos, não foi objetivo direto da pesquisa averiguar essas razões, porém, salientamos a velocidade em que tem sido processada a desterritorialização da agricultura familiar na região estudada.

e ao trato do rebanho na “estrebaria⁷” e, com a formação agrônômica, elas conseguem se afirmar dentro da propriedade rural, aplicando seus conhecimentos acadêmicos para melhor gestar o estabelecimento agropecuário. No outro depoimento também é possível notar o protagonismo da jovem:

A principal atividade que desenvolvo é na gestão da propriedade, tanto financeira como prática, definindo as pastagens a ser implantadas em cada área e demais fatores necessários para uma pequena propriedade (EDELI, A).

De acordo com a explanação da jovem, nota-se o empoderamento feminino adquirido após a formação, a participação nas decisões importantes dentro da propriedade. Para outras três agrônomas também identificamos envolvimento nas atividades agropecuárias, contudo, aparentemente com menor densidade. Assim, confere com os relatos:

Faço a maior parte das ordenhas, desmame de bezerros, mocho e brincagem das fêmeas. (FABRÍCIA, A).

Atividades domésticas, atividades técnicas, na criação de bovinos. (SOLANGE, A).

Auxílio na safra da uva, mais na parte do beneficiamento, suco, geleia e vinho. (CÁSSIA, A).

O termo auxílio e a alusão às funções domésticas ainda têm espaço nos relatos das jovens agrônomas, entendidos como uma possível questão de desigualdade de gênero ao perceber seu trabalho enquanto ajuda ou se colocando em uma situação subordinada. O exíguo tempo de formadas, as características produtivo-espaciais e as relações de poder internas aos estabelecimentos podem nos elucidar algumas das razões pelo baixo protagonismo alcançado por essas jovens até o momento. Conforme destacado por Lerner (2019) e Saffioti (2015), o patriarcado deve ser compreendido como um sistema de relações hierarquizadas no qual os homens possuem poderes e direitos superiores aos das mulheres em diversos aspectos da vida social, política, econômica e produtiva. A posição superior do homem em detrimento da mulher é dada pelo contexto histórico social construído.

As jovens pedagogas relataram, pós-formadas, não possuem envolvimento efetivos nas atividades produtivas no interior das unidades de produção, mas apenas seus familiares. Isso se deve porque as duas pesquisadas atualmente trabalham em sua área de formação, fora do estabelecimento, como professoras em escolas situadas em espaços urbanos e outra jovem pedagoga mencionou estar trabalhando como cuidadora de criança na cidade de seu município, retornando diariamente para o estabelecimento agropecuário. As inserções profissionais urbanas demonstram ativação das territorialidades destas jovens fora do estabelecimento, um desafio ousado para as mulheres rurais de gerações passadas. O fato delas ainda se manterem no estabelecimento possivelmente esteja associado ao casamento como é o caso da jovem pesquisada Gleice (P): possui marido, filho, trabalha como professora e ainda faz pós-graduação.

7 Estrebaria trata-se de um nome coloquial utilizado no Sul do Brasil para referir-se ao abrigo e ordenha do gado leiteiro.

Para outra pedagoga, o motivo da permanência está envolvido com o fato dela ser filha única e não poder deixar os pais sozinhos no estabelecimento e, também, em função da família possuir pouca área de terra e não conseguir viabilizar a compra de um imóvel urbano com a venda do estabelecimento rural (Mônica, P). Ayla (P), que trabalha como cuidadora de criança, destacou estar residindo com os pais e o desejo dela é passar em um concurso público para atuar como professora.

Como trataremos adiante, os elementos presentes nas distintas trajetórias das jovens pesquisadas, vistas sob os filtros da juventude e do gênero, fornecem insumos para pensarmos nas diferentes perspectivas e, inclusive, nas contradições associadas à permanência e à sucessão na agricultura familiar.

Confirmação da expectativa após o curso

A expectativa após o curso se confirmou para três jovens agrônomas. Outras duas mencionaram não terem sido confirmada suas expectativas.

Sim, estou aplicando meus conhecimentos na propriedade. Além disso, o lucro do meu trabalho como agrônoma com carteira assinada⁸ é investido na propriedade (EDELI, A).

Acho que em partes sim, aprendi muito, mas ainda não achei meu lugar na minha casa, por isso sigo estudando (CÁSSIA, A).

O pouco tempo de formação, reiteramos, é um elemento para levarmos em consideração no que tange à realização das expectativas pós-formação. Mas há resultados rápidos que são importantes, a exemplo do relato fornecido por Edeli (A), onde podemos perceber a ativação de suas territorialidades na aplicação de seus conhecimentos adquiridos na academia.

As pedagogas demonstraram ter confirmado suas expectativas após o curso. Somente uma jovem revelou não ter correspondido com a expectativa “não, eu troquei de área” (Ayla, P).

Como destacamos, para as egressas de Agronomia é mais lento o processo de inserção profissional em relação às pedagogas. Essas jovens ao serem questionadas a respeito da formação favorecer a permanência no espaço rural, elas destacam:

Sim, muito, mudei, agreguei conhecimento e as portas vão se abrindo, seja no pessoal ou no profissional (MÔNICA, P).

A formação em nível superior tem favorecido a permanência do campo para cinco agrônomas. Conforme depoimentos:

Por enquanto sim (FABRÍCIA, A).

8 Através da explanação da egressa Edenír (A), podemos supor um tom de ironia quanto à confirmação de sua expectativa. Ela destaca que o lucro do trabalho que seria exercido por ela como agrônoma e com carteira assinada, está sendo investido na propriedade. Nestas palavras ela demonstra ser lucrativo implantar os conhecimentos acadêmicos em sua propriedade ao invés de trabalhar com carteira assinada.

Com toda certeza só assim consegui gerenciar a propriedade e conseguir meu espaço.
(EDEL, A)

Na leitura das pesquisadas fica explícito que a formação agrônômica tem favorecido que as egressas permanecessem residindo no espaço rural, devido ao curso de Agronomia formar estudantes para trabalhar com questões voltadas à agropecuária. Elas ficaram satisfeitas ao atribuir os conhecimentos adquiridos na academia em suas propriedades, fazendo a sucessão rural. Enquanto as pedagogas revelaram o oposto, ou seja, a formação delas não favorece a permanência no campo devido as escolas estarem situadas no espaço urbano. Assim, é possível verificar nos relatos:

Teria campo de trabalho na minha área, porém os objetivos são outros. Embora se percebe que a maioria das escolas estão nos centros urbanos, pois há poucos alunos no campo e eles vão estudar na cidade (GLEICE, P).

Não, somente se eu fosse concursada pela prefeitura e estaria perto de casa (MÔNICA, P).

Contudo, as jovens de nossa pesquisa estão residindo no campo e se envolvendo de alguma forma com as atividades produtivas. Mas este envolvimento não significa que elas sucederam a propriedade de seus familiares, estão construindo possibilidade para tal.

Existe uma diferença entre estar residindo no espaço rural e estar atuando na gestão e na sucessão propriamente dita. Nesta direção, é importante considerar que o Ensino Superior pode contribuir para que haja a sucessão na agricultura familiar, mas a formação necessita estar acompanhada de outros fatores para oferecer condições concretas para a sucessão. Dentre estes fatores, está a necessidade de rever as relações internas com a família, aporte de infraestrutura e apoio de políticas públicas⁹ mais direcionadas a uma perspectiva feminina dentro do estabelecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos o papel da universidade pública em territórios historicamente excluídos ser de grande valia para as mulheres que estão fazendo parte da construção de novos territórios para suas vidas e para suas comunidades/sociedades.

Podemos supor que, por parte das jovens agrônomas pesquisadas, há uma certa adaptação a um modo de vida em que o patriarcado venceu e incorporou o feminino como parte constituinte de sua essência, ou seja, as jovens ganham visibilidade, a partir de sua especialização e capacidade técnica passam a ocupar um lugar diferenciado nas relações por se comportarem como homens. Enquanto para as pedagogas o espaço rural se torna apenas um local de moradia, tendo sua inserção profissional comprometida devido ao fechamento das escolas no campo.

⁹ Políticas públicas direcionadas ao público feminino no campo, poderiam incluir a ampliação do quadro de mulheres na assistência técnica, além disso, o desenvolvimento de ações na escala do município, com relação aos temas da igualdade de gênero avançando em oficinas e práticas de formação para grupos específicos.

Por fim, cabe destacar que para ocorrer a sucessão na agricultura familiar é de alta relevância uma análise geográfica, em interação com outras áreas do conhecimento, para que sejam processadas as mudanças no campo e nas relações campo-cidade almeçadas pelas jovens, em âmbito cultural, econômico e político.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 5.1997.
- ABRAMOVAY, M. *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- BRASIL (2006). Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>
- BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.
- BRUMER, A; SPANEVELLO, R. M. *Jovens agricultores da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre, RS: UFRGS; Chapecó, SC: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.
- EDUARDO, D. C. B. *A construção das territorialidades das jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS Campus/Erechim e o processo de sucessão na agricultura familiar*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2019. Recuperado de: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4517/5/Daiane%20Carla%20Bordulis%20Eduardo%202019.pdf>
- GABOARDI, S. C.; EDUARDO, M. F. Microrregião de Erechim/RS: agricultura familiar e as transformações recentes no espaço rural. In: *Anais do VII Simpósio Internacional e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais*. Goiânia: UFG, 2015. p. 5669 – 5686.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Recuperado de: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2010. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
- LEÃO, G; ROCHA, M.I.A. *Juventudes no campo*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LERNER, G. *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2015.
- STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.
- ZEIST, S.M.T. *Produção de Alimentos de Autossustento na Agricultura Familiar: Um estudo de caso no município de Barra do Rio Azul-RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)*. Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2016. Recuperado de: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/500/1/ZEIST.PDF>

Recebido em 13/abr./2022

Aceito em 16/ago./2023

Publicado em 17/nov./2023